



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

PLÊNARIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XLVII — Nº 203

CAPITAL FEDERAL

TERÇA-FEIRA, 17 DE DEZEMBRO DE 1963

SENADO FEDERAL

ATA DA 1ª SESSÃO, EM 16 DE DEZEMBRO DE 1963
1ª SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA, DA 5ª LEGISLATURA

PRESIDENCIA DOS SRS. NEGUEIRA DA GAMA, ADALBERTO SENA, GILBERTO MARINHO E GUIDO MONDIN.

As 14 horas e 30 minutos acham-se presentes os Senhores Senadores.

- Adalberto Sena.
- Oscar Passos.
- Edmundo Levy.
- Cattete Pinheiro.
- Eugênio Barros.
- Joaquim Parente.
- Egífrido Pacheco.
- Menezes Pimentel.
- Antonio Jucá.
- Wilson Gonçalves.
- Ruy Carneiro.
- Argemiro de Figueiredo.
- R. I. Palmeira.
- Heribaldo Viana.
- Leite Neto.
- Aloy de Carvalho.
- Joseph Marinho.
- Eurico Rezende.
- Gilberto Marinho.
- Nogueira da Gama.
- Nogueira da Gama.
- Pedro Calazans.
- Lino de Mattos.
- Moura Andrade.
- José Feliciano.
- Pedro Ludovico.
- Filinto Müller.
- Bezerra Neto.
- Afilio Fontana.
- Guido Mondin.
- Mem de Sá. — 2.

O SR. PRESIDENTE:

A lista de presença acusa o comparecimento de 29 Senhores Senadores.

res. — Havendo número legal declarado aberta a 1ª Sessão, de instalação da 1ª Sessão Legislativa Extraordinária da 5ª Legislatura.

Não há leitura de ata. Passa-se ao expediente.

Sobre a mesa requerimento de informações, que vai ser lido.

É lido o seguinte

Requerimento Nº 1.204, de 1963

Solicita informações ao Poder Executivo, através do Ministério da Viação e Obras Públicas, sobre o alargamento de bitola da Estrada de Ferro Central do Brasil, ramal de Valença.

(Do Senador Vasconcelos Tôrres)

Senhor Presidente:

Requeiro na forma regimental, seja solicitada ao Ministério da Viação e Obras Públicas a seguinte informação:

Motivo: que estão entretendo a imediata execução do plano de alargamento da bitola da Estrada de Ferro Central do Brasil, ramal de Valença, Estado do Rio de Janeiro.

Justificação

Valença um dos mais prósperos municípios do Interior fluminense, precisa a quase totalidade de seu comércio econômico com as regiões vizinhas através da Estrada de Ferro Central do Brasil.

Todavia, o chamado ramal de Valença, pelas suas deficiências técnicas, há muito tempo deixou de atender satisfatoriamente às necessidades do tráfego, transformando-se até mesmo em fator limitativo do progresso do município fluminense.

Houve, durante algum tempo, esperança de que as coisas mudassem quando foi anunciado pela Rede Ferroviária Nacional o plano de modernização do ramal, incluindo o alargamento de sua bitola.

Os fatos, entretanto, daí para cá não confirmaram as promessas e as esperanças. E, ultimamente, até mesmo o material rodante de melhor qualidade com que contava a linha de Valença foi transferido para outros setores da Rede sem qualquer explicação aos usuários da ferrovia residentes naquela cidade.

Na verdade, as decisões que vão sendo tomadas pela Rede Ferroviária não mais surpreendem a ninguém.

Mas, esse estado de coisas não constitui motivo para deixarmos de tomar posição em defesa do interesse público, sempre que o mesmo esteja sendo prejudicado, e esta é a razão deste requerimento.

Sala das Sessões, em 16 de dezembro de 1963.

Senador Vasconcelos Tôrres.

O SR. PRESIDENTE:

O requerimento que acaba de ser lido independe de aplacamento e de deliberação do Plenário. Será publicado e, em seguida, despachado pela Presidência.

Há oradores inscritos.

Tem a palavra o nobre Senador Eurico Rezende.

O SR. EURICO REZENDE:

(Não foi revisto pelo orador) — Senhor Presidente, Sr. Senador, seja-me lícito dar graças a Deus por estar nos albos do período de convocação extraordinária do Congresso ainda com vida, ao lado dos meus prezados companheiros, e no recesso amantíssimo do meu lar. E, com este agradecimento, renovo aqui a sinceridade da minha confiança à Mesa deste Poder que, inobstante estar demandado na prática e um ato esperado por certo, teve razões legítimas para tal retardamento.

Esperamos todos pelo dia breve, a fim de que possamos ter, nos dias e nas noites do cumprimento de nossos deveres, aquela linha de segurança indispensável ao bom exercício dos nossos mandatos. Mas também em obsequio da tranquilidade, e porque não dizer, da própria vida dos funcionários lotados neste recinto, dos jornalistas responsáveis pela divulgação dos nossos trabalhos e também da assistência que nos honra e estimula com a sua presença.

Aquela desejada e tão preciosa forma e eficaz e o diálogo do barbearismo e do crime cervera ter sido positivado, ontem, quando realizamos duas reuniões extraordinárias, para assinalar que a nossa reação não admite delongas e proteções.

Sr. Presidente, renovo aqui a plenitude da minha convicção inabalável no cumprimento de dever alibi, penoso da Mesa Diretora dos nossos trabalhos, tendo à sua direção a figura de um homem público cuja vida é inteiramente dedicada à dignidade, ao decore e à decência deste Poder e, também, na prestação de relevantes

serviços em favor da defesa das instituições democráticas e da ordem jurídica, tremendo e vulnerada, tremendamente desmoralizada pela tragédia de violência e de sangue que perturbou a beleza moral e a beleza arquitetônica do Congresso Nacional.

Com estas palavras, Sr. Presidente e Srs. Senadores proferidas para que não parta de mim a responsabilidade do esquecimento e da fruição, desejo saudar este período de convocação extraordinária do Congresso Nacional, certo de que os seus objetivos já estão alcançados, ou, retificando, a sua única finalidade já está alcançada — a de nos mantermos em posição de vigilância contra possíveis medidas de exceção que o Poder Executivo, porventura, devesse pôr em prática.

É preciso que se esclareça a opinião pública que o Senado agiu com patriotismo e com desambigação. Com patriotismo, porque está cumprindo o dever indeclinável de vigiar — tendo em vista a tentativa de atos precatórios das instituições livres — os poderes do Poder Executivo, cujo Chefe, embora em muitos casos bem intencionado, pode estar desatencionalmente a ser o ato e, o que é lamentável por um próprio membro do Congresso Nacional, que tinha em estabelecer hirtos e estígio de execução no livre funcionamento, e o trabalho e garantia das instituições públicas e privadas. E agiu com desambigação, porque o Congresso Nacional, logo em seguida à mesa final dos trabalhos ordinários do Senado legislativo para que não tornarmos erodido o Livro Público para pouparmos o recurso Nacional de uma congria condicção e o canalização, ao mesmo tempo, não retardáremos um instante sequer, ou um minuto apenas, a nossa iniciativa.

Alguns órgãos de imprensa têm vindo a dizer que vão facilitar os nossos atos, os nossos passos e a nossa presença nesta Casa para constatar se haverá quorum deliberativo. Mas, é preciso que a opinião pública do País compreenda, como disse, que o nosso desideratum já está alcançado porque, se o Poder Executivo devesse adotar qualquer medida excepcional, inclusive a decretação do estado de sítio ou a intervenção na autonomia de qualquer Estado, terá que, previamente, pleitear, e obter, o necessário alvará legislativo. Ao passo que, de acordo com a Constituição, no recesso dos corpos legislativos, o Poder Exe-

EXPEDIENTE

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR-GERAL

ALEERTO DE BRITO FERREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES
MURILO FERREIRA ALVES

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO
FLORIANO GUIMARÃES

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional

BRASÍLIA

ASSINATURAS

REPARTIÇÕES E PARTICULARES		FUNCIONÁRIOS	
Capital e Interior		Capital e Interior	
Semestre	Cr\$ 50,00	Semestre	Cr\$ 39,00
Ano	Cr\$ 96,00	Ano	Cr\$ 76,00
Exterior		Exterior	
Ano	Cr\$ 136,00	Ano	Cr\$ 108,00

— Excetuadas as para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poder-se-ão tomar, em qualquer época, por seis meses ou um ano.

— A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua aplicação, solicitamos dêem preferência à remessa por meio de cheque ou vale postal, emitidos a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

— Os suplementes às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes somente mediante solicitação.

— O custo do número atrasado será acrescido de Cr\$ 0,10 e, por exercício decorrido, cobrar-se-ão mais Cr\$ 0,50.

define e escalfa as formalidades e os requisitos a serem preenchidos por candidatos às concorrências públicas. De uma hora para outra, o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem resolveu abrir concorrência pública para construção da segunda faixa da BR-2, a Via Presidente Dutra, a rodovia asfáltica que liga o Estado da Guanabara ao Estado de São Paulo, numa extensão inicial de 207 quilômetros. No edital, surgiu uma formalidade essencial, qual seja a prova de que o candidato àquela empreitada — firma individual ou firma plurima — deve dispôr de um capital de quinhentos milhões de cruzeiros.

Esta exigência foi estabelecida à última hora, para favorecer quatro firmas entre as quais a famosa Construtora Rabello, tão favorecida, tão estimulada, tão engordada pelo tráfico de influências e pela proteção de altos dignitários desta República.

O Sr. Pedro Ludovico — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. EURICO REZENDE — Pois não.

O Sr. Pedro Ludovico — Quanto à quantia de Cr\$ 500.000,00 não a considero demasiada, pois essa importância, hoje, vale muito pouco.

O Sr. Mem de Sá — São Cr\$ 500.000.000,00

O Sr. Pedro Ludovico — Mesmo .. Cr\$ 500.000.000,00 valem muito pouco. Uma autopatriol, atualmente, custa Cr\$ 30.000.000,00; um trator grande, forte custa de Cr\$ 40.000.000,00 a Cr\$ 50.000.000,00. Uma firma pra fazer uma estrada como essa, em concorrência, precisa de ter boas máquinas, pelo menos dez dustas máquinas, caminhões, etc. Esse equipamento vai a mais de Cr\$ 500.000.000,00. Deste ponto de vista não considero a crítica de Vossa Excelência procedente.

O SR. EURICO REZENDE — Eminentemente Senador Pedro Ludovico, o fato de se estabelecer a exigência de registro de um capital desse porte não deve surpreender em condições normais. Ao contrário, reflete a segurança com que o Governo pretende transacionar com terceiros.

Mas acontece que, apenas a poucos dias da publicação do Edital — acréscimo que já está na Imprensa Oficial, para ser publicado amanhã — é que surgiu a exigência e, parodiando Camões, embora imprópriamente, nunca dantes navegado nos mares desta República. Está causando espécie e suspeição a exigência de última hora. Firmas em condições de se candidatarem estavam na expectativa de abertura da concorrência para a segunda faixa da Via Presidente Dutra, aguardando que as condições fossem as mesmas. E poderiam ser as mesmas, porque inobstante a obra estar projetada para atingir 204 quilômetros, o fato é que se adota o sistema de adjudicações parciais: 40 30 50 quilômetros.

Entendo, Sr. Senador Pedro Ludovico, que o Governo não pode de súbito retirar das firmas construtoras de menor porte condições competitivas. Essas firmas, para adquirirem equipamentos e assegurarem a sua conservação, muitas vezes, se acostam no crédito bancário. Não podem receber, assim de repente, o impacto da hostilidade das costas voltadas do Governo.

O Sr. Pedro Ludovico — Neste particular, V. Exa. tem toda a razão.

O SR. EURICO REZENDE — Perguntaria ao nobre Senador Pedro Ludovico: se V. Exa. tivesse em vista uma obra desse quilate, desse dispêndio, qual seja a construção de 207 km de rodovia asfáltica, estan-

do a construção de cada quilômetro 80 milhões de cruzeiros. — em quanto está cifrado o preço mínimo no edital de concorrência que se Deus não nos socorrer, será publicado amanhã — o que equivale a uma despesa de mais de 16 milhões de cruzeiros...

O Sr. Pedro Ludovico — Acho o preço um tanto exagerado. O SR. EURICO REZENDE — ...perguntaria — repito — ao eminente Senador Pedro Ludovico: se obra desse porte estivesse projetada — apenas uma hipótese — no Estado de Goiás e fosse V. Exa. o Governador permitiria que o respectivo Edital de concorrência começasse a exigir amanhã, 18 de dezembro e terminar no dia 3 de janeiro. quando há um recesso na fiscalização do Executivo do Legislativo e na própria atividade da imprensa, porque os temas de Natal e os assuntos de Ano Novo nos atraem para outras preocupações ou melhor, para todas as despreocupações? V. Exa., como Governador de Goiás permitiria a publicação desse edital nesta fase?

O Sr. Pedro Ludovico — Absolutamente não concordaria com isto. É uma falha grave. Acho muito exagerado. O SR. EURICO REZENDE — Agradeço a V. Exa. da sua honradez, que está tendo prosseguimento na atuação de seu filho, no Governo de Goiás eu não poderia esperar ou admitir resposta em outros termos ou com outro sentido. O Sr. Pedro Ludovico — Obrigado a V. Exa. O SR. EURICO REZENDE — Pois bem. Sr. Presidente, Senhores Senadores, já estão na Imprensa Oficial para serem publicados amanhã e trazidos por mãos particulares, melhor dizendo, por garras aduncas, que procuram ferir e des-sangrar o erário nacional. Fiz esta denúncia ontem, aqui na Casa, e apelei para o eminente Senador Benedito Valladares, Líder do Partido Social Democrático, correligionário eminente do ilustre Senhor Ministro Expedito Machado que, em última instância, seria responsabilizado, para que S. Exa. adotasse os seus bons ofícios a fim de evitar o fim de sustar a publicação do anúncio de um grande escândalo, sob o ponto de vista financeiro, o maior de todos os tempos neste país, que a tanto corresponde a publicação daqueles editais.

presentei um pedido de informação e o comentário, afirmando que se essa emanação prolongada no Departamento Nacional de Estradas de Rodagem uma negociata, uma operação imoralíssima, um ato ilícito, com apuração de autoria e de responsabilidades, se esta for feita, redundará na desmoralização integral de altos figurões desta República tão amparada na sua dignidade, e tão prestigiada e tão vitimada pelas negociações indecorosas de roubo, da rapina e da corrupção.

Reflete-se, Senhor Presidente, não apenas da palha das palavras. Pode-se reconhecer, em alguns setores da Corção, em alguns comentários incômodos sobre determinados problemas e acontecimentos, exacerbação de linguagem. Mas, no episódio trágico do pedido de informações que eu me dirigi ao Sr. Ministro da Viação e Obras Públicas, devo dizer que a notícia, é absolutamente exata e verdadeira, porque recebi essa denúncia de pessoas que trabalham no próprio Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, inclusive de um funcionário que, por amor ao seu país e à sua honestidade, ficou tão revoltado que não esreja, sequer por um momento, pactuar com aquela grossa bandidagem.

Senhor Presidente, ontem foi domingo — como disse — dia de festa, de confraternização neste recinto e na Casa, antevespera de Natal, e nenhuma repercussão pôde ser dada às denúncias que formulei. O pedido de informações, na sua tramitação normal, não terá o dom de converter a atenção vigilante do honrado Ministro da Viação e Obras Públicas, Senhor Expedito Machado, sobre cuja honradez ninguém pode depositar uma dúvida sequer, homem sobre cujo caráter público só temos razões para acreditar a espontaneidade e o fervor de seus aplausos. O Regimento Interno da Casa, porém, dá o prazo de quinze dias para que esse pedido de informações seja respondido, e este é o prazo de que, quando esse documento chegar ao Gabinete de Sua Excelência, obedecida a rotina, ele será encaminhado para o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem e ali as forças da sabotagem, melhor dizendo, os interesses do crime que se pretende cometer contra a Nação não permitirão o seu andamento, de modo a que haja tempo para evitar aquela adiposa e agressiva imoralidade.

Vou, Senhor Presidente, dizer em linhas gerais, o que é que se está passando no Departamento Nacional de Estradas de Rodagem. O Código de Contabilidade Pública, obviamente

do a construção de cada quilômetro 80 milhões de cruzeiros. — em quanto está cifrado o preço mínimo no edital de concorrência que se Deus não nos socorrer, será publicado amanhã — o que equivale a uma despesa de mais de 16 milhões de cruzeiros...

O Sr. Pedro Ludovico — Acho o preço um tanto exagerado.

O SR. EURICO REZENDE — ...perguntaria — repito — ao eminente Senador Pedro Ludovico: se obra desse porte estivesse projetada — apenas uma hipótese — no Estado de Goiás e fosse V. Exa. o Governador permitiria que o respectivo Edital de concorrência começasse a exigir amanhã, 18 de dezembro e terminar no dia 3 de janeiro. quando há um recesso na fiscalização do Executivo do Legislativo e na própria atividade da imprensa, porque os temas de Natal e os assuntos de Ano Novo nos atraem para outras preocupações ou melhor, para todas as despreocupações? V. Exa., como Governador de Goiás permitiria a publicação desse edital nesta fase?

O Sr. Pedro Ludovico — Absolutamente não concordaria com isto. É uma falha grave. Acho muito exagerado.

O SR. EURICO REZENDE — Agradeço a V. Exa. da sua honradez, que está tendo prosseguimento na atuação de seu filho, no Governo de Goiás eu não poderia esperar ou admitir resposta em outros termos ou com outro sentido.

O Sr. Pedro Ludovico — Obrigado a V. Exa.

O SR. EURICO REZENDE — Pois bem. Sr. Presidente, Senhores Senadores, já estão na Imprensa Oficial para serem publicados amanhã e trazidos por mãos particulares, melhor dizendo, por garras aduncas, que procuram ferir e des-sangrar o erário nacional.

Fiz esta denúncia ontem, aqui na Casa, e apelei para o eminente Senador Benedito Valladares, Líder do Partido Social Democrático, correligionário eminente do ilustre Senhor Ministro Expedito Machado que, em última instância, seria responsabilizado, para que S. Exa. adotasse os seus bons ofícios a fim de evitar o fim de sustar a publicação do anúncio de um grande escândalo, sob o ponto de vista financeiro, o maior de todos os tempos neste país, que a tanto corresponde a publicação daqueles editais.

Ora, Sr. Presidente, telefonei hoje para a Imprensa Oficial e quando eu esperava receber a notícia patriótica de que havia sido suspensa a publicação daqueles editais, o que me informaram é que haviam telefonado do Rio para não dar atenção aos boquirrotos do Senado Federal e que se publicassem amanhã, sem mais, os editais da corrupção, do crime e da imoralidade.

Sr. Presidente, já que as emoções da liderança do P.S.D. não puderam ser convocados para a perspectiva daquele escândalo, desejo aqui apelar para as emoções da terra natal, do Sr. Expedito Machado, simbolizadas na pessoa de um homem igualmente de bem, que é o Senador Ruy Carneiro, pedindo a S. Exa., que hoje ainda se possível agora, se comunique com o Sr. Expedito Machado, dando-lhe conhecimento da minha denúncia, que é séria, e obtendo de S. Exa. a desejada e moralizadora, profilática e saneadora suspensão da publicação daqueles editais.

O Sr. Ruy Carneiro — Permita V. Exa. um aparte?

(Assentimento do orador) — O Senhor Expedito Machado pertence à Bancada do PSD do Ceará, tanto

assim que V. Exa. ontem dirigiu um apelo ao Senador Wilson Gonçalves que estava, no momento ao lado de V. Exa. e que é da Bancada do PSD do Ceará no sentido de que fizesse chegar ao atual Ministro da Viação e Obras Públicas, os apelos de V. Exa. no sentido de serem tomadas as necessárias providências. Estou certo de que elementos da Bancada como o Senador Menezes Pimentel e também o Senador Wilson Gonçalves que ontem ouviu o discurso de V. Exa. atenderão o apelo de V. Exa.

O SR. EURICO REZENDE — Sr. Presidente estou estupefocado. Procuro alguém na maioria da Casa que faça um favor ao País — fazer essa boa bandeira — e o que eu vejo é o deslocamento, é a transferência de um encargo de um para o outro.

O Sr. Ruy Carneiro — Mas o Sr. Expedito Machado não é da representação da Paraíba.

O SR. EURICO REZENDE — Enquanto isto, as horas passam, as folhinhas caem e os editais vão ser publicados.

Eu me equivoquei, nobre Senador Ruy Carneiro. V. Exa. é da Paraíba e com muita honra para a terra e para o filho. Mas, as bandeiras partidárias nos separam, devemos considerar que a bandeira nacional que juramos é uma só. Pediria a V. Exa., que traz essa bandeira em lapela como sempre, caracterizando e simbolizando os seus sentimentos patrióticos.

O Sr. Ruy Carneiro — Obrigado a V. Exa.

O SR. EURICO REZENDE — ... prestes é-se relevante serviço ao País. Desejo apenas que se suspenda a publicação dos editais, cujo prazo irá esvaír-se no dia 3 de janeiro. Ai o fato estará consumado, o assalto ao interesse público estará de graçadamente efetivado.

Assim, faço um apelo a todos os Srs. Senadores, principalmente aqueles que com engenho e arte, têm força perante o Poder Executivo. O Senhor Expedito Machado é, com muita justiça, cognominado o cérebro eletrônico do PSD no Governo. E, se S. Exa. é o cérebro eletrônico, poderá observar esse fato e adotar as providências que lhe são impostas pelo seu dever moral e pelo seu ofício funcional.

Assim, eu perguntaria ao nobre Senador Ruy Carneiro se poderia, além de dar uma atenção ao seu modesto colega, prestar esse relevante serviço em benefício da moralidade da administração pública.

Reconheço, no PSD, um Partido que está realizando tarefa de equilíbrio no Governo da República. Deus nos livre do dia em que o Governo perder o apoio do PSD! Ai não haverá sustentação parlamentar. O Governo terá que se esticar apenas com conciliências bobadas e no apoio leal e firme do PTB. Não terá maioria no Congresso.

Ora, tanto o PED como o PTB estão no Governo justamente para cumprir um conjunto de finalidades, uma das quais alertar o Sr. Presidente da República quanto à ameaça desses escândalos. Ontem, eu disse, e hoje repito; não culpo, não responsabilizo absolutamente o Presidente João Goulart. Não há indicação nenhuma, nas várias denúncias que recebi, de que esteja S. Exa. ou gente do seu Gabinete, direta ou indiretamente, próximo ou remotamente vinculados a essa negociação que, à guisa de presente de Natal e de Ano Novo se pretende realizar nesta República. Já não infelicitada pela exorrese da corrupção e da imoralidade.

Desse modo, faria um apelo ao prezado Senador Ruy Carneiro — que se presume não tenha muitas tarefas a fazer hoje, no início de nossos trabalhos legislativos, portanto despreocupado — no sentido de que S. Exa.

consiga pelo menos isto: a suspensão dos editais, para que sua publicação comece a se operar lá pelo meado de janeiro, quando a atenção dos interessados estará mais vigilante, atraída e voltada para as concorrências públicas que se anunciam.

O Sr. Ruy Carneiro — Permite V. Exa., outro aparte?

O SR. EURICO REZENDE — Com prazer.

O Sr. Ruy Carneiro — Quero esclarecer a V. Exa., que não desejo ficar com esta prebenda. V. Exa., há de convir que não tenho a força que V. Exa. supõe. Tenho boas relações com o Sr. Ministro da Viação e Obras Públicas, inclusive porque pertencemos ao mesmo Partido, como com os demais Ministros. Minha sugestão seria no sentido de que apelásemos ao Senador Benedito Valadares, para que, com a autoridade de Líder de Bancada se dirigisse ao Sr. Ministro. Mesmo porque minha intervenção junto a S. Exa. seria em caráter particular.

O SR. EURICO REZENDE — Mas serve.

O Sr. Ruy Carneiro — Então sugiro o seguinte: ir com V. Exa., ao Sr. Ministro.

O SR. EURICO REZENDE — Se V. Exa., o desejar terei muito prazer.

O Sr. Ruy Carneiro — Ou mesmo poderíamos telefonar a S. Exa.

O SR. EURICO REZENDE — Pois não.

Então, em seguida a esta sessão, vamos tentar um contato telefônico com S. Exa.

Sr. Presidente parece que se desagrregou a oportunidade da minha presença nesta tribuna. O eminente Senador Ruy Carneiro vai exercer a sua gestão suasórl. junto ao Sr. Ministro da Viação, o eminente Deputado Expedito Machado, a fim de ficar absolutamente demonstrada a total ausência de conveniência, por ação ou por omissão dos órgãos e dos homens da Presidência da República, relativamente a essa grossa negociação de Natal e a essa imoralidade de Ano Novo, com que se pretende, mais uma vez — como se outras tantas não o fizessem — forçar e atarralha a dignidade da República e o Erário deste País.

Dou-me por satisfeito, Sr. Presidente, e recolo uma outra demonstração eloquente da honradez pessoal e da vigilância patriótica do eminente Senador Ruy Carneiro. (Muito bem).

O SR. PRESIDENTE:
Tem a palavra o nobre Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGILIO:

(Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, estamos iniciando um período de convocação extraordinária que vem sendo aplicada de vigília cívica ou democrática em prologação aos trabalhos que se findaram na reunião de ontem.

Devo confessar Sr. Presidente, que não entendi ainda essa vigília ausente, ainda não compreendi essa vigília omissa de um Congresso que inicia um período extraordinário para logo se recolher ao recesso, para logo se dirigirem os seus membros aos seus lares, aos seus Estados ac contacto com a família, ao contact com os eleitores, deixando esta e a outra Casa silentes, indiferentes mesmo à solução de problemas urgentíssimos que aguardam o nosso pronunciamento.

Nem o povo. Sr. Presidente, entenderá essa vigília omissa essa vigília ausente de um Congresso que não atuará no período extraordinário; de um Congresso que ficará distante do debate, da discussão dos grandes temas nacionais. E ainda mais. Sr. Presidente, de um Congresso que encerra uma Sessão Legislativa — esta que é a grande e dura verdade, que

precisa ser dita — sem haver apresentado ao povo a solução de um único de seus grandes, de seus magnos problemas!

Qual terá sido o objetivo dessa medida? Efeito político visando ao Sr. Presidente da República? Tentativa de colocar S. Exa. sob suspeita perante a opinião pública, dando a entender que, no recesso, alguma medida pudesse ser adotada contra a democracia?

Qual o objetivo da vigília, Sr. Presidente? Seria porventura impedir pronunciamentos ou medidas e tratativas por parte do Chefe do Governo?

Não creio que alguma de boa-fé responda afirmativamente às indagações. Se houve um homem que chegou à Presidência da República com a bandeira da legalidade nas mãos, foi o Sr. João Goulart, vencendo a resistência antidemocrática de três Ministros militares em rebelião, apoiados subrepticamente por forças políticas que, hoje, falam em legalidade e defesa da Constituição. Se houve um Chefe de Governo que tem compromisso formal com as instituições, pela sua manutenção pela sua preservação, esse Presidente é o Sr. João Goulart, que chegou ao patriotismo de permitir a amputação de suas atribuições constitucionais, numa demonstração de espírito de renúncia, para impedir que as forças legalistas que se aglomeravam no Rio Grande do Sul, que todo o povo gaúcho em armas, o Governador Leonel Brizola, e o II Exército de Machado Lopes, marchassem rumo a Brasília, deixando no caminho um rastro de sangue e de luto para vir impor aqui o respeito à soberania e ao voto do povo.

Um homem que chegou ao Poder empunhando essa bandeira não poderia jamais atirar-la ao chão; jamais pisoteá-la, aviltá-la, desmerecendo o seu empenho extraordinário para garantir ao povo brasileiro o direito de escolher livremente, nas urnas, os seus dirigentes. Não poderia haver, portanto, essa dúvida quanto a conduta do Presidente João Goulart.

O Sr. Pedro Ludovico — V. Exa. permite um aparte?

O SR. ARTHUR VIRGILIO — Com muito prazer.

O Sr. Pedro Ludovico — Ful dos que assinaram a convocação extraordinária não pelo receio de que o Senhor Presidente da República queira sair das normas legais para impor os seus pontos de vista. Absolutamente. Não faço tal juízo do atual Presidente da República. Subscrevi-a, exclusivamente, por um sentimento de nupença para o Erário, pois estando restando na Câmara dos Deputados, que se faria a convocação, 15 dias depois de encerrado o período legislativo, todos os parlamentares teriam direito a uma ajuda de custo. Este o único motivo que me levou a assinar a convocação.

O SR. ARTHUR VIRGILIO — Louvo, nobre Senador o sentido e o objetivo da assinatura de V. Exa. Inegavelmente, um Senador que vem dando apoio leal e decidido ao Governo e que, certamente não incorrerá na contradição de o dar a um Governo que não merecesse confiança, do ponto de vista democrático. Sabe V. Exa. no entanto, que há pronunciamentos, inclusive oficiais, feitos da Presidência desta Casa, em que, nas entrelinhas, se percebe o intuito de deixar que outros tenham o receio de que da parte do Sr. Presidente da República pudessem surgir medidas extralegais durante o período de recesso.

E' precisamente por essas entrelinhas, por esse desejo sub-reptício de levar a opinião pública a um falso entendimento, que assomei à tribuna para declarar que não há motivo para a atual convocação extraordinária.

Mã; não. Há outra razão a ampará-la, ou a exigi-la se não a vontade que o Congresso Nacional, porventura, tivesse de aproveitar os dias que nos separam de 15 de março de 1964, a fim de votar as grandes medidas que resolverão os problemas nas suas raízes e nos seus fundamentos, através de soluções próprias, em extensão e profundidade. Haveria necessidade, sim, e o povo a entenderia no seu sentido, se pretendessemos recuperar, neste fim de dezembro e em janeiro e fevereiro, todo o ano que perdemos em debates estérteis, em marchas e contramarchas, em discussões bizantinas, acadêmicas e incursões enquanto toda uma população, cuia maioria esmagadora de uma população, se esticou na miséria, na fome, na descrença, no sofrimento.

O Sr. Heribaldo Vieira — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. ARTHUR VIRGILIO — Com muito prazer.

O Sr. Heribaldo Vieira — Quero declarar ao nobre Senador que me achava de licença quando da convocação extraordinária do Congresso. Se-aquí estivesse, absolutamente não assinaria o requerimento de convocação, nos termos em que foi formulado. Assinaria, sim, qualquer requerimento de convocação para os fins que V. Exa. acaba de declarar. Não acho, absolutamente, que no momento haja motivos para intransigibilidade e sobressaltos. Estamos atravessando um período de transição entre o sub-desenvolvimento e o desenvolvimento do País e essas objeções são naturais, nestas circunstâncias. Ocorre apenas, isto há, porém, razão para se temer que a ordem democrática seja perturbada. Não acredito que força alguma, de cima ou de baixo, possa perturbar a ordem democrática, porque o brasileiro deseja e só aspira ao regime legal em que vivemos.

O SR. ARTHUR VIRGILIO — Sou muito grato ao aparte do eminente colega que muito me honra apoiando a tese que venho defendendo.

O Sr. Barros Carvalho — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. ARTHUR VIRGILIO .. Com muito prazer.

O Sr. Barros Carvalho — Nobre Senador, acredito — e posso mesmo assegurar — que não há perigo de que o Executivo adote medidas que venham a perturbar a nossa vida democrática. Sabe muito bem V. Exa. que muitos temem pretenda o Governo a intervenção em São Paulo ou no Estado da Guanabara. Para tanto, teria de enviar mensagem ao Congresso pedindo o Estado Sítio. Ora, ato dessa natureza seria "ad referendum" do Congresso que se reuniria, imediatamente, para votá-lo. Caso o Governo não estivesse suficientemente forte para defender essa medida, ela seria rejeitada, desmoralizando-o. De sorte que a atual convocação parece-me uma pilhéria.

O SR. ARTHUR VIRGILIO — Muito obrigado a V. Exa. Tenho a acrescentar ao seu aparte que esta convocação extraordinária, nestes termos, irá ter negativa repercussão popular. Será uma convocação fictícia, em que um Congresso fechado, em recesso, não poderá sequer fazer a propalada vigília e, muito menos, encaminhar para as soluções os grandes problemas nacionais.

Repelimos, pois, Sr. Presidente, nós, do Partido Trabalhista Brasileiro, essas insinuações que se fazem contra o Sr. Presidente da República e que partem de setores que não estão em vigília contra forças subversivas, estas sim, já conhecidas, estas sim já denunciadas e que estão procurando dividir o Brasil, num choque de armas entre irmãos.

Que nossas atenções se encaminhem para os Almirantes Heck, os Almirantes Amorim do Vale, para os PENA Bota, para os Armando Falcão para esses homens sem formação democrática.

lca, que não têm autoridade para falar em Democracia, que eles, sim, vêm tramando, dia a dia, a investida contra a ordem democrática. Que estejam esses setores atentos contra a atuação de determinados governadores de Estado, que nem no exterior respeitam o seu País, que mesmo no exterior pregam a divisão e a desordem; que fiquem esses setores preocupados com Diretores de determinada imprensa, que também longe de nossas fronteiras falam de nosso País e pregam a rebelião numa tentativa que, no conjunto, forma verdadeira trama contra a permanência no poder do Presidente legitimamente eleito.

O Sr. Antônio Jucá — Permite V. Ex. um aparte?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO — Pois não.

O Sr. Antônio Jucá — Estou acompanhando, com atenção, o discurso que V. Ex.ª, nobre Senador Arthur Virgílio, pronuncia. Acho que V. Ex.ª defende tese absolutamente certa. No que pese a opinião das megeras e casacas de uma Oposição nihilista, que procura tudo destruir, em lugar de representar uma posição de crítica construtiva; apesar de uma Oposição que através da imprensa falada e escrita, por meio de tentáculos que se procuram infiltrar nas Forças Armadas — Exército, Marinha e Aeronáutica — tenta transformar esta grande Nação numa republiqueta como as da América Central; apesar de tudo isto felizmente o Brasil já cresceu bastante. O Brasil não é mais uma Nação subdesenvolvida, o Brasil é hoje Nação em desenvolvimento. De qualquer maneira, nós temos entre os Srs. Senadores, nesta Casa, como entre os Deputados na Câmara Federal, e no próprio Executivo, baluartes para defender nossa Democracia e nossa liberdade contra essas infiltrações, quer de reacionários quer de extremistas da esquerda.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO — Muito obrigado, nobre Senador Antônio Jucá, pela colaboração que V. Ex.ª traz ao meu discurso, para mim muito valiosa.

Sr. Presidente, era meu intuito, ao final desta Sessão Legislativa, ocupar a tribuna para uma análise geral da conjuntura econômico-social e política do Brasil e da atuação do Governo e do Congresso Nacional.

É oportuno, no momento, em que o momento está convocação esdrúxula do Congresso para uma vigília distante...

O Sr. Heribaldo Vieira — Vigília de casa vazia, durante trinta dias?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO — ... Uma vigília de casa vazia, como disse o Sr. Senador Heribaldo Vieira, desviar-me um pouco para essa análise.

O Sr. Eurico Rezende — V. Ex.ª me permite? (Assentimento do orador) Estou achando que há muitos Senadores no Plenário. Não se esperava esta presença hoje.

O Sr. Heribaldo Vieira — A partir de amanhã estará vazio, e assim até o dia 15. Hoje é apenas a instalação.

O Sr. Eurico Rezende — Devo dizer aos Colegas que vim até o Senado hoje, para ter contato com a nobre correspondência. E, para surpresa, após a mais cordial e cordial de minha parte, encontrei aqui vários e ilustres Senadores. Confesso a V. Ex.ª que não contava com a existência de algum mínimo para a realização dos nossos trabalhos. De modo que a vigília, pelo menos hoje, aqui está.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO — Talvez não esteja mais amanhã, e nos dias subsequentes.

O Sr. Heribaldo Vieira — V. Ex.ª permite outro aparte?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO — Com muito prazer.

O Sr. Heribaldo Vieira — Vê V. Ex.ª que tanto esta é vigília de casa vazia,

que até o eminente líder da "eterna vigilância", o nobre Senador Eurico Rezende...

O Sr. Eurico Rezende — Não sou Líder, sou apenas Vice-Líder da União Democrática Nacional.

O Sr. Heribaldo Vieira — ... aqui veio apenas para ver a sua correspondência.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO — O que é uma prova da tranquilidade de S. Ex.ª, que é um Senador vigilante, pois se fosse outra a situação do País que não de tranquilidade e de paz, teríamos S. Ex.ª aqui, pronto para a ação defensiva e até repressiva em defesa da legalidade.

O Sr. Eurico Rezende — Ora, se não há vigília no recinto dos nossos trabalhos, sob a arquitetura às vezes balística do Palácio do Congresso, vou fazer vigília da correspondência, que atinge todos os cantos e recantos amados do meu Estado. A correspondência é a vigília interiorizada, talvez mais importante do que esta que estamos procurando fazer aqui, até o dia 22 de março.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO — V. Ex.ª faz muito bem, com essa vigília epistolar com o reduto que enviou V. Ex.ª para o Senado, para satisfação e honra nossa.

Mas, Sr. Presidente, é oportuna a análise, embora em breves traços, ao encerrar-se a Sessão Legislativa, da atuação, em conjunto, do Governo e do Congresso Nacional em face da realidade brasileira.

Estamos, Sr. Presidente, melancolicamente terminando 1963. Melancolicamente porque de mãos vazias nos apresentamos perante o povo. Melancolicamente porque pouco podemos oferecer às multidões que se espantam por este país para levar-lhes esperanças, alento, bem-estar. Ano melancólico, Sr. Presidente, gasto no desencanto de opiniões, na ausência de atitudes que fossem ao encontro das aspirações de uma coletividade ansiosa por assistência. Ano de discussões, ano de radicalizações inúteis, nocivas. Devemos ir à rua, Sr. Presidente. Devemos, de quando em quando, ir sentir o que diz o povo. Devemos verificar que o avanço tecnológico fazendo com que as notícias cheguem aos mais remotos rincões, fazendo com que mesmo o analfabeto tenha conhecimento dos acontecimentos nacionais, da atuação do Governo do Congresso, formando juízo nada favorável à nossa atuação.

Seja esta a nossa maior vigília para o nosso próprio comportamento, numa auto-crítica que se faz necessária, para que não percamos tempo precioso, como nesta convocação de recessão, na próxima Sessão Legislativa. Que não seja mais um ano que não se reúnam esforços pelo desenvolvimento econômico do País, mais um ano que não se detenha a morte de crianças por inanição, de adultos por fome, de brasileiros que se finam à míngua de assistência, à míngua de comida. Que a próxima Sessão Legislativa seja, de fato, de vigília, de vigília patriótica pelo Brasil, nesta fase em que se procura vencer a barreira do subdesenvolvimento contida pelas forças intransíveis, que, se beneficiando do *status quo*, não desejam modificá-lo.

Sentimos isto, Sr. Presidente, porque esse é o grande perigo a ameaçar-nos.

Um ano mais de inoperância, doze meses mais de inatividades perdidas em discussões sem objetivo, lançarão ao desesperto que se alastra, um povo que aguarda soluções para os seus problemas.

Temos nas mãos todas as armas para firmar o prestígio da democracia. Temos em nosso poder instrumentos para garantir o respeito à instituições democráticas.

É só manejá-los com mesnidade cívica, é só usá-los com patriotismo, é só nos despirmos de egoísmos, de insen-

sibilidade, de concupiscência; é só procurarmos observar o que ocorre nas camadas humildes da população e orientarmos a nossa conduta no sentido que vise apenas a colocar o Brasil num ambiente de tranquilidade, de paz e de ordem pela solução dos seus grandes problemas.

Não se negue ao Sr. Presidente da República o ter assumido integralmente todas as suas responsabilidades, de que lhe advêm inclusive críticas de forma franca, direta, sem atavios, sem rodeios sobretudo quando fala sobre a situação do Brasil; não se negue ao Sr. Presidente da República a coragem com que tem exposto à Nação os problemas brasileiros, o nosso drama, indicando as soluções necessárias, quando S. Ex.ª, por exemplo, devolve ao Congresso a Lei de Meios, o Orçamento, que fora votado, sem qualquer intuito de acinte à Câmara e ao Senado, não está fazendo outra coisa senão chamando a atenção dos legisladores para uma prática que não pode continuar, porque nociva ao interesse nacional. Não quis S. Ex.ª vetar a Lei de Meios. Usou a faculdade constitucional do silêncio, sabendo, como cabe, do interesse, do grande interesse dentro das duas Casas, por medidas que foram, nessa Lei aceitas. Não merecia S. Ex.ª, por isso, a tentativa de crítica que, hoje, procurou fazer o eminente Presidente do Congresso Nacional, Sr. Senador Auro Moura Andrade.

O Sr. Mem de Sá — Permite Vossa Ex.ª um aparte?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO — Com muito prazer.

O Sr. Mem de Sá — Lamento não concordar com V. Ex.ª. O Presidente da República tem o dever de sancionar, promulgar ou vetar o Orçamento. Não o quis fazer, sem dizer porque não o fez. Se o Orçamento estava mal ou se continha disposições más seu dever era vetar. A impressão que os porta-vozes do Palácio transmitiram, pela imprensa, ao público é a de que o Presidente não quis assumir a responsabilidade pelos termos de desequilíbrio em que o Orçamento foi concluído, dando assim falsa rogação ao povo de que a culpa exclusiva era do Congresso, que por culpa do Executivo ou por ação deste não haveria Orçamento nos termos de desequilíbrio em que se apresentou. A atitude do Presidente, para a opinião pública, foi um atestado de desprestígio ao Congresso, uma posição que deixou mal o parlamento, permitindo a noção errônea de que o déficit é inteiramente decorrente da preocupação orçamentifera do Congresso quando, na realidade, dos seiscentos bilhões de cruzeiros mais de quatrocentos e cinquenta bilhões são de emendas providas do Poder Executivo, para atender a pedidos deste. O Presidente da República devia sancionar ou vetar o que lhe parecesse errôneo ou então declarar positiva e claramente, porque não sancionava nem vetava.

A situação que S. Ex.ª criou foi de franca melancolia e má-fé para o Congresso perante a opinião pública.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO — Não concordo com o eminente colega, porque o silêncio também é uma faculdade constitucional.

O Sr. Mem de Sá — Martins Rodrigues está escrevendo um livro sobre isso.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO — Pode o Presidente da República silenciar ante leis votadas pelo Congresso que, por isso, serão promulgadas pelo seu Presidente.

O Sr. Mem de Sá — O caso do Orçamento é muito grave. É a primeira vez que isso acontece.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO — Mas a atitude do Sr. João Goulart não visou a diminuir nem a desprestigiar os membros do Congresso responsabilizando-os pela inexecutabilidade da Lei de Meios. É um erro antigo que vem permanecendo, esse de o Orçamento não representar a realidade nacional, orientar-se por normas superadas, ultrapassadas, não indicar absolutamente um plano pelo qual o Governo possa guiar-se...

O Sr. Mem de Sá — A culpa é do Governo.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO — ...exigindo uma reforma total na sua elaboração.

O Sr. Oscar Passos — Que papel representamos nós que estudamos e votamos o Orçamento? Não transferia o nobre senador Mem de Sá ao Governo uma culpa que é muito mais nossa do que dele.

O Sr. Mem de Sá — Absolutamente, não é. O governo apresenta uma proposta orçamentária em que não há programa de coisa alguma.

O Sr. Oscar Passos — Não transfira ao governo uma responsabilidade que é muito mais nossa.

O Sr. Mem de Sá — O governo, depois de apresentar a proposta, manda dezenas de pedidos de emendas; não cumpre, portanto, o dever de apresentar uma proposta que represente a realidade. Então, o governo é que é completamente incapaz. E, quando atendemos às emendas, com isso estamos colaborando com o governo, dando aquilo que ele pediu. Mas depois vem ele dizer que o Congresso é o responsável. E ainda há Senadores que pretendem defender o Executivo contra o Legislativo! Deviam estar no Poder Executivo.

O SR. PRESIDENTE (Fazendo soar as campainhas) — Lembro aos nobres Senadores que os apartes devem ser solicitados ao orador.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO — Diz eu, Sr. Presidente, que o erro é antigo, não é de hoje, que a lei de meios não representa nunca a realidade nacional e muito menos é um programa pelo qual o governo — este como os passados — se pudessem guiar.

E essa crítica foi feita com a mão clara pelo Sr. João Goulart em recente entrevista à "Manchete" quando preconizou a necessidade de se modificarem as normas que regulam a votação do Orçamento transformando este num espelho mesmo do Brasil, fazendo com que o Orçamento seja a plataforma que guie o governo na execução de um programa de medidas em benefício do povo.

Ouví, várias vezes, na Câmara dos Srs. Deputados, estudiosos dos mrs. eminentes da lei de meios classificarem-na de farsa, farsa anual que o Congresso lança ao rosto do povo...

O Sr. Mem de Sá — O Poder Executivo propõe!

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO — ...precisamente por não representar este espelho da realidade nacional e acrescentaria, farsa que repetidamente o Poder Executivo e o Congresso vêm lançando à face do povo numa lei que indica mais um interessocínio municipal da estradinha que liga um vilarejo a outro, da necessidade de um caso em determinada rua de determinado município, da escolha de perdão na selva amazônica — mas, nunca um planejamento global das necessidades nacionais, para uma solução em profundidade e extensão dos problemas.

Esse Orçamento que votamos, por exemplo, — uma pulverização de verbos; é, assim, um gasto incômodo de dinheiro — de dinheiro que o Governo vai buscar nos bolsos exauridos do povo e que não tem a finalidade de uma solução global dos problemas brasileiros.

E essa crítica, Sr. Presidente, vale ressaltar, horas depois da fala do

eminente Presidente do Congresso Nacional, foi feita também pelo Sr. Senador Auro de Moura Andrade — e eu leio o seu relatório, para avivar a memória do Senado: (lé.)

“Vale mencionar aqui as tentativas que todos os anos a Mesa tem que repelir, de alterações no texto de emendas aprovadas em definitivo.

“Quando na Câmara se processa o estudo — e com iguais atropelos — das emendas do Senado, são frequentes os casos de virem partes interessadas pedir tais alterações por meio de ofícios dirigidos à outra Casa. Não raro, já vêm elas com os ofícios minudados, à procura de quem os assinem.”

“Tudo isso está a mostrar a necessidade imperiosa — que há tantos anos esta Presidência vem denunciando — de se instituírem novos métodos de trabalho na elaboração da Lei de Meios, que no advento do sistema parlamentarista deixou de ser uma mera lei autorizativa para constituir um plano de governo.

E aqui discordo, porque também no Governo presidencialista o Orçamento é um plano de Governo.

O Sr. Mem de Sá — Muito bem! Pelo menos deve sê-lo...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO — (Continua a leitura:)

“Como vem sendo feito é que não pode continuar. É preciso reintegrar este trabalho na dignidade da tarefa que é considerada precípua dos Parlamentos. É mister analisar com rigor êsses milhares de emendas, em sua maior parte feitas sem o devido estudo, muitas vezes consignando verbas para serviços não devidamente planejados ou concedendo auxílios para instituições que surgem como cogumelos em solo úmido, sem condição de realizar o papel a que se prestam, e que não raro já nascem para viver à custa do erário público, dando ao observador, todos os anos, o triste espetáculo dos interessados a se acotovelarem pelos saúdes e salas do Congresso, a atropelarem os congressistas, quais pedintes insaciáveis em busca do cada vez mais desvalorizado cruzeiro arancado ao contribuinte.”

Mais adiante:

Faz S. Exa. referência a critérios novos que foram estabelecidas para vencer a barbúria que caracteriza, ano a ano, a elaboração do orçamento na tentativa de fazer com que a Lei de Meios saísse, aqui do Senado, com menos defeitos, com menos falhas, com menos senões.

Ora, se o Presidente do Congresso Nacional tem o direito de fazer essa crítica, num relatório oficial, onde é retratado o que é, em verdade, a elaboração orçamentária, o que é esse desperdício do trabalho e, sobretudo, esse desperdício de dinheiro, se o Sr. Presidente pode proferir assim, por que o Sr. Presidente da República não poderia dar a entrevista que deu, fazendo as seguintes perguntas: a elaboração orçamentária e, agora, dando ênfase maior, passando a sua assinatura ao projeto que foi votado pelo Congresso?

A análise preliminar que o eminente Presidente do Congresso Nacional fez da Lei de Meios não é o maior indício para o seu julgamento, notadamente quando feita por uma Assembléa que, embora eficiente, competente, como reconhecemos que é a do Senado, não é especializada em matéria tão complexa como o Orçamento.

O que todos temos de reconhecer, Sr. Presidente, é que o Orçamento é de fato inexecutível; que este ano,

mais uma vez repetiu-se a farsa na elaboração da Lei de Meios; que este ano, mais uma vez, o interesse municipal, o interesse distrital o interesse estadual sobpujaram o interesse nacional na seu conjunto para que na elaboração de um Estatuto Orçamentário que delimitasse os planos de Governo lhe desse solução global aos problemas.

O Sr. Mem de Sá — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO — Com muito prazer.

O Sr. Mem de Sá — Em parte concordo com V. Exa. O Presidente da República, quando deu a entrevista a Manchete, fez uma crítica ao seu próprio Governo, porque ele está sob o regime presidencial desde janeiro. Portanto, a Proposta Orçamentária foi nos enviada num sistema em que o Presidente da República é o responsável. E a proposta deste ano é tão boa ou tão má como as das anos anteriores. Portanto, o Governo do Presidente Goulart não corrigiu os defeitos que V. Exa. aponta e também não enviou nenhuma proposta para a modificação d'esse regime realmente condenável.

Agora, desejo dizer ainda a Vossa Excelência que, este ano o processamento do Orçamento foi muito melhor que nos anos anteriores. V. Exa. não pertence à Comissão de Finanças, mas pode perguntar ao eminente Senador Argemiro de Figueiredo, seu eminente liderado e Presidente da Comissão, no Senado, e ele ouvirá a confirmação do que agora vou dizer. No Senado o processamento foi excelente. Aliás, o relatório do Presidente Moura Andrade, quando faz as críticas que V. Exa. há pouco leu, se refere a anos anteriores. E acrescenta expressamente:

“No que tange ao processamento da elaboração orçamentária do Senado, é grato a esta Presidência, depois de recordar aquêles registros desalentadores do ano anterior assinalar que em 1953, nêle se verificou sensível aperfeiçoamento.”

Refere-se ao entndimento havido entre Câmara e Senado. Quero dizer a V. Exa. que as Emendas aprovadas no Senado não foram de caráter municipalista na sua grande maioria.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO — Permite V. Exa. que o interrompa para dizer que estou falando do modo geral. Reconheço inclusive o grande esforço que as Comissões de Orçamento tanto da Câmara como do Senado, fizeram para votar a Lei de Meios. Reconheço-lhes o trabalho árduo, insano mesmo... O que eu condeno são métodos, processos e assim o meio como se elaboram as normas que dão forma à Lei de meios.

O Sr. Mem de Sá — Mas queria dizer que, no Senado a maior percentagem das emendas representava solicitações do Poder Executivo. Foi o chefe do gabinete Civil da Presidência da República que enviou, em nome d'este, emendas de interesse nacional. Da mesma forma atendemos a solicitações dos Ministros. Cito, por exemplo, o caso do seu correligionário, o eminente Ministro da Saúde, que mandou seu chefe de gabinete pleitear diversas verbas que a Comissão havia recusado. Na sua preocupação de reduzir o déficit, e a Comissão atendeu ao apelo e às razões, voltando atrás. A grande maioria das emendas, pois, longe de ter sido de caráter restrito, municipais, era de caráter nacional. É preciso corrigir, mas em todo o mundo é ao Poder Executivo que compete a iniciativa dessa correção, na elaboração da proposta orçamentária e, depois, na proposição de leis que modifiquem a situação vigente. Eu, que sou parlamentarista, sem-

pre advogado, nesta matéria, a fórmula inglesa: o Executivo propõe e o Legislativo dispõe. Espero que o Presidente João Goulart que tão bem sabe criticar, saiba emendar para o próximo ano, como Vossa Excelência deseja seja feito.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO — Perfeito. Estou plenamente de acordo com V. Exa. quando elogia o esforço que as duas Casas do Congresso despenderam...

O Sr. Mem de Sá — Não só o esforço; o critério, também.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO — ...e o critério, na elaboração orçamentária. Mas ambas as Casas estão de tal forma manietadas pelos critérios que regulam a elaboração orçamentária, pelo modo como é feita a lei que, ano a ano, sai isso que todos conhecemos; ano a ano sai uma lei que pode ser considerada tudo, menos um Plano de Governo, que uma plataforma a orientar os passos e a conduta do Governo na solução dos problemas coletivos.

O Sr. Mem de Sá — O Governo esteve completamente desinteressado da elaboração. Não tivemos, nesta Casa, um representante do Governo principalmente do Ministério da Fazenda para nos dar qualquer orientação.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO — Mas o representante não consentaria, meu eminente colega, antes de se modificarem as normas.

Lembro-me, agora, de um discurso proferido com grande autoridade pelo nobre colega Senador Leite Neto, da tribuna da Câmara, quando Deputado Federal fazendo uma crítica ao modo como se processa a elaboração da Lei de Meios, ao qual aqui estou me referindo.

Muito aprendi naquele discurso, de um homem assim, estudioso conhecedor dos problemas, conhecedor dos assuntos e que — se estou enganado peço a Sua Excelência que me corrija, se não for fiel na repetição — chegou a declarar ser impossível ao Governo realizar qualquer coisa com a lei de meios naquele estilo.

O Sr. Leite Neto — Permita-me Vossa Excelência. Por diversas vezes na Câmara dos Deputados, salientei especialmente o empirismo com que o Orçamento era elaborado no Brasil. As falhas eram tanto do Executivo, como do Legislativo. As falhas do Executivo consubstanciadas na proposta, e as do Legislativo, no tocante a uma autolimitação porque, infelizmente, até hoje a despeito de um grande esforço que fiz na Câmara dos Deputados, não conseguimos a aprovação de um projeto-de-lei que autolimitasse o poder de emendar dos Deputados e Senadores dentro das possibilidades financeiras do País e sem alteração do plano geral do Governo. Infelizmente, devo dizer a Vossa Excelência que, embora há 15 anos esse projeto tenha sido apresentado e tenho havido diversas tentativas para que prosseguisse, não houve interesse. Está, naturalmente congelado e arquivado. Considero uma das necessidades vitais para a boa administração brasileira, uma reformulação do problema, em que haja essa limitação espontânea do Poder Legislativo para melhor poder cooperar com o Poder Executivo. Veja Vossa Excelência o seguinte: há um abismo entre o Executivo e o Legislativo no Brasil nenhuma cooperação, em matéria de elaboração orçamentária. Ver ficamos que em outros países de regime democrático, desde a elaboração da proposta pelo Executivo, há um entendimento estreito com o Poder Legislativo.

Durante o processo de discussão e aprovação do Orçamento o intercâmbio do Executivo com o Legislativo é cada vez maior. Dou exemplo a Vossa Excelência. Há dois anos, tive oportunidade de verificar na Câmara

dos Comuns, que tinham sido apresentadas quatrocentas e oito emendas há última sessão que presidi na Comissão de Orçamento da Câmara, foram apresentadas vinte mil emendas. Este ano porém segundo me informaram — apresentaram cinquenta mil emendas. Vê Vossa Excelência; que o número é alarmante e difícil, sobretudo o trabalho de Comissão especializada da Comissão Técnica. O mais importante é que das quatrocentas e oito emendas apresentadas apenas seis aprovadas, e nenhuma destas importava em elevação de despesas.

O Sr. Mem de Sá — Há disposição interna que proibe emendas aumentando.

Leite Neto — Por isso, foram aprovadas. Há uma circunstância que devo salientar ainda; é que, na Inglaterra, sob o regime parlamentarista, praticamente o Governo elabora a proposta que é remetida ao Congresso, onde é examinada em termos de confiança. De sorte que, salvo esforço muito grande, a rejeição do Orçamento implicaria em voto de desconfiança. O assunto já é levado mais a sério do que entre nós. Os países que se cometem no Brasil e que infelizmente tenho assinalado por várias vezes, são da parte tanto do Executivo, como da do Legislativo. Do Executivo orque elabora a proposta incompleta; que dizer, o princípio de veracidade, que fundamental ao Orçamento, infelizmente não prevalece na elaboração da Proposta. Então, ocorre o que todos os anos verificamos: mal chega a Proposta às Comissões Técnicas da Câmara e do Senado, imediatamente os órgãos ministeriais articulam-se no sentido de demonstrar a falha das dotações orçamentárias, acarretando elevação grande de despesas, que correm por conta do Congresso quando, na realidade os órgãos administrativos é que foram omissos por ocasião da elaboração da Proposta. Estes os esclarecimentos que queria prestar a V. Exa. Mas consideraria como um serviço prestado a este País, se todos nós, do Congresso e do Executivo, desenvolvessemos esforços no sentido de aprimorar, de melhorar consideravelmente o processo de elaboração orçamentária entre nós.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO — Agradeço o aparte com que me honrou o Senador Leite Neto, que dá força ao que venho dizendo, pois parte de um estudioso da matéria e que, durante longos anos, na Câmara dos Deputados, emprestou seu concurso à Comissão de Orçamento, presidindo-a inclusive, e tudo fez, em manifestações repetidas, para modificar a forma como se elabora o Orçamento.

Mas vejamos os nobres Senadores como foi útil o Sr. Presidente da República ter feito aflorar o problema, ter enfrentado o problema corajosamente...

O Sr. Mem de Sá — Ainda não enfrentou. Por enquanto só criticou.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO — ...fazendo aquilo que outros ainda não fizeram de público: numa crítica, condenar essa prática antiga, obsoleta e nociva aos interesses nacionais.

O Sr. José Guarnard — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO — Com prazer ouço o nobre Senador.

O Sr. José Guarnard — Reportando-me ao comportamento do Presidente da República com relação ao Orçamento votado pelo Congresso, quero dizer a V. Exa. que não é a primeira vez que isso acontece. Para esclarecer o debate e apenas para lhe reavivar a memória, lembro que, há

tempo, quando no Governo o Presidente Eurico Dutra, — por quem tenho a maior estima e respeito — adotou S. Ex.^a procedimento igual ou pelo menos parecido com este. Realmente, deixou-se de sancionar o Orçamento, há pouco mais de um decênio por motivo que desconheço. Portanto, esse comportamento não é incriminadamente original.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO — Muito obrigado pela colaboração de Vossa Excelência.

Mas, dizia eu que o Sr. Presidente da República fez emergir o problema para debates úteis, como o do momento, para uma reformulação, ou questão vital, da atuação do Congresso, talvez resultando disso a modificação, que todos nós desejamos, das técnicas de elaboração da Lei de Anos.

Elencando sobre o Orçamento, talvez tenha sido intenção de S. Ex.^a dar maior ênfase às críticas públicas por ocasião da entrevista, chamando a atenção do Congresso para os erros e falhas que — repito — são comuns ao Executivo e ao Legislativo, tradicionais nos dois Poderes, mas que não devem e não podem continuar. E se deste debate partimos para uma solução objetiva, nos moldes daquela que vem pretendendo, há muito tempo, o Sr. Senador Leão Neto e outros eminentes colegas, então seremos forçados a reconhecer que o Sr. João Goulart prestou serviço ao País, ao defender corajosamente o problema, ao atacar o próprio Governo, apresentando o problema ao povo sem se eximir da responsabilidade, mas fazendo ressaltar a necessidade de que os atos sejam a bem do interesse coletivo.

Sr. Presidente, vou atender à advertência atenciosa de V. Ex.^a, por meio de um sinal, já que não quis sequer usar da regimental campainha. Antes de encerrar desejo afirmar a minha fé nos destinos desta pátria, a confiança que tenho em que, se houver patriotismo, se houver entendimento, se houver ação, venceremos a crise pacificamente, daremos soluções adequadas aos problemas brasileiros e transformaremos, em breve, esta Paiz numa grande potência mundial.

Abredito ao futuro do Brasil. Acredito no patriotismo dos brasileiros, Acredito na formação democrática do nosso povo. Se tomarmos estas bandeiras nas mãos, se levarmos como guia de nossa ação de no a conduta, firmemente indelével, honeste e instigadora. Devemos inclusive outro apoio à democracia, atribuindo-lhe o sentido que, neste momento, lhe falta, tornando-a não um regime perene e quer esta Nação.

Estamos quase ao final do ano novo. Quando os povos do mundo comemoram uma nova esperança, de cada geração uma nova luz, nós, que os anos cobram anunciando uma outra etapa de vida, concordamos para que não haja uma derrota desta povo; concordamos para que não haja, Sr. Presidente, desistências em 1964; concordamos para diminuir as despesas, arrancando de nós o máximo, no tudo aquilo que pudermos dar, para engrandecer esta pátria e para servir ao povo brasileiro.

Quão, quase ao fim do ano, todos os meus eminentes colegas. Neste convívio de dez meses, honro-me de ter privado com grandes homens públicos, dos mais autênticos, dos mais nobres, dos mais patrióticos. Digo que nestes dez meses aprendi muito neste convívio; aprendi a reconhecer imperceptíveis que me levaram, me conduziram pelo resto da minha vida.

Estou a todos esses eminentes colegas, de todos os Partidos, levando a cada um deles uma simbólica brácea de flores, que representa a con-

fraternização e a esperança de que, assim unidos, democratas que somos, possamos todos trabalhar pelo Brasil e pelo nosso futuro. (Muito bem! Muito bem! Palmas).

O SR. JOAO AGRIPINO:

Sr. Presidente, peço a palavra como Líder da Minoria.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o Mestre Senador João Agripino.

O SR. JOAO AGRIPINO:

(Como Líder da Maioria) — (sem recebido do orador) — Senhor Presidente, ouvi com a máxima atenção o discurso proferido por meu particular amigo e ilustre Senador Arthur Virgílio, Líder do Partido Trabalhista Brasileiro.

Conheço-o há muitos anos e poucas vezes ao ouvi-lo — poucas ou talvez pela primeira vez — tive companhia de S. Ex.^a. Parece-me um companheiro conhecido alquebrado de lulas, portanto um fardo pesado. Logo, razoável em muitos dos seus aspectos, sua oração se revelou, contudo, no conjunto frágil. E que não há tarefa mais ingrata, Senhor Presidente, do que defender um Governo falho pecuniário omisso.

Bem sei o papel que é reservado ao meu ilustre amigo e bem sei com quanta dificuldade há de se discernir desta e de outras míseras. O seu amigo e correligionário, o Presidente da República, perdeu a confiança da Nação e agora chora como se a culpa não fosse sua e sim, nossa. Ainda vivem em nós os dias que precederam, que repressaram e que sucederam ao pedido de estado de sítio criado, forjado todo ele até mesmo sob uma falsa aparência de intranquilidade ou de contenda interna.

E ficou claro aos olhos da Nação inteira que outro objetivo não tinha esse pedido se não o de permitir a intervenção nos Estados Unidos da Federação. — Guanabara e São Paulo — pois quase negado e dolo tendo o Governo desistido depois o País continuou mais calmo que antes e, por obra de milagre até as greves políticas desapareceram. Nisto merece o louvor da Oposição o Senhor Ministro Amansy Silva, nosso companheiro desta Casa.

Pois se não bastassem outros atos, este indicaria a uma grande parcela da opinião pública que repressaramos cautela, precaução, vigília. Mas há outros Senadores também levados pelo mesmo espírito público que espiavam na poupança. Nada mais justo, neste momento de tanta desleza e de tão pouca recitação, pois que a convocação já estava em pauta para 1 de janeiro, e ganhando uma ajuda de custo de quarenta e quatro mil cruzeiros a mais para cada congressista nada tão prudente e mais a indicar o espírito público de quantos brasileiros tenham a sentença de que a convocação sem interregno. Esta impedia a despesa com ajuda de custo, reduzindo portanto os gastos da União com o Parlamento. E que prejuízo porventura traria ao sistema democrático ao Poder Legislativo ou ao Executivo a continuação imediata dos nossos trabalhos?

Havia a vantagem da economia e de contentar a ninguém.

Se é certo que o Legislativo não há de trabalhar com maior eficiência do hoje até 1 de janeiro, não é menos certo de que não trabalharia uma hora sequer se não estivesse convocado. Como não é menos certo de que trabalhará sem dúvida se for chamado a isto ou pelo Presidente do Congresso ou pelo Presidente da República, no momento em que há argumento relevante a discutir-se ou a votar, mesmo neste período de férias. Nunca os Srs. Deputados ou Senado-

res regatearam férias para comparecer ao trabalho, quando necessário.

Se se irrita o Presidente da República por que fazemos economia, deseja S. Excelência ser perdulário? Não creio. Ninguém o creí.

O Sr. Antônio Jucá — Permite V. Excelência um aparte? (Assentimento do orador) — Compreendia muito bem a convocação do Congresso se tivéssemos quorum para votar se estivessemos dispostos a recuperar o tempo que perdemos durante a Sessão Legislativa, sobretudo no caso de dar uma nova sessão a ao País de votarmos as reformas de base no seu verdadeiro sentido democrático e liberal. Mas duvido que durante esta convocação o extraordinária, tenhamos aqui um dos soberanos unidades de obter quorum para votar.

O SR. JOAO AGRIPINO — E o que lamenta V. Ex.^a?

O Sr. Antônio Jucá — Lamento estermor aqui numa presença inofensiva, sem prestar qualquer serviço à Nação e ganhando um excesso de Magão.

O SR. JOAO AGRIPINO — E se V. Ex.^a não estivesse aqui não estaria ganhando a mesma coisa?

O Sr. Antônio Jucá — Eu acredito que não.

O SR. JOAO AGRIPINO — Como não? Por quê? Por que não entrega que toda direito aos vencimentos integrais, como se estivesse comparecendo a todas as sessões? Por que não diz isto? Por que não começa?

O Sr. Antônio Jucá — Não entendo bem do assunto; pensei que só teria direito à parte fixa.

O SR. JOAO AGRIPINO — Em férias o congressista tem direito à parte fixa e à variável. Convocado para janeiro, os congressistas teriam direito à parte fixa e à variável e mais Cr\$ 540.000.00. Convocados agora, em prorogação, só têm direito à parte fixa e variável. Portanto, o que se poderia perder com a convocação?

O Sr. Antônio Jucá — O que achei exdrúxulo foi a própria convocação. Acho que deveríamos ter recesso até março.

O SR. JOAO AGRIPINO — Vossa Excelência queria descansar, apesar da pressa pela reforma.

O Sr. Antônio Jucá — Ao contrário, eu quero é lançar um icpto a V. Ex.^a — se me permite o aparte — para que, neste recesso, permaneça em Brasília até março. Que os nobres e brilhantes partidários de V. Ex.^a, da União Democrática Nacional, fiquem aqui até março.

O SR. JOAO AGRIPINO — Vossa Excelência fala como se fosse o único a permanecer neste Congresso. Creio que ninguém me bate em fragância. Mas não permanecerá em Brasília até o dia 15. E creio que nem V. Ex.^a. Portanto, não lance o icpto que V. Ex.^a, mesmo não vai cumprir.

O Sr. Antônio Jucá — Comprometido V. Ex.^a a aceitar?

O SR. JOAO AGRIPINO — De que adianta nós dois ficarmos em Brasília? Embora a companhia de V. Ex.^a seja muito agradável no Parlamento, não me agrada lá fora. (Riso).

Senhor Presidente, dizia eu que não acreditava que o Presidente da República estivesse irritado por que desejamos fazer economia. Sabemos, por informação de amigos seus que ficou profundamente irritado com a convocação imediata, corrida. Mas estava satisfeito com a convocação que a Câmara faria para 15 de janeiro.

Somos advogados e raciocinamos em termos circunstanciais. Vimos a imprensa lançar: "Constituinte com Jango". "Greve geral preparada para o recesso do Congresso"; "Reforma do Ministério imediata — Brizola Ministro da Fazenda".

Imaginamos, que o Presidente da República quisesse reproduzir o fenômeno Benjamim Vargas; que houvesse uma reação brutal ante a nomeação do Senhor Leonel Brizola, para Ministro da Fazenda e que, diante disso, houvesse movimento armado para impedi-lo de fazer tal nomeação, dando ao Sr. João Goulart todos os elementos que deseja — supponho — para se instalar no País a seu modo e a seu gosto.

Ninguém impediu que S. Ex.^a, nomeie o Senhor Leonel Brizola Ministro. Nós vivemos num regime democrático e é prerrogativa do Sr. Presidente da República escolher os seus ministros. Se quiser, que exonerar o Sr. Brizola como Ministro da Fazenda e será responsável pelo acerto ou desacerto daquela Paiz.

Convocado o Congresso sem interrupção, rumo da impropria a reforma ministerial e a nomeação do Deputado Leonel Brizola.

Nós queremos — e o Presidente não acredita — que S. Ex.^a, termine o seu mandato, porque amamos o regime democrático. Sei que também assim pensa o Líder Arthur Virgílio. Deploro, apenas, que S. Ex.^a, não preve a intimidade do Presidente da República para conhecer-lhe os planos; mas, ao mesmo tempo alegramo-nos que isto ocorra, porque imagino o seu constrangimento em falar conhecendo aqueles planos. Melhor que falar de boa-fé, idealista que é.

Eis, Senhor Presidente, por que recebemos, estupefatos, a crítica que se faz pela convocação do Congresso para o dia imediato ao término da Sessão Legislativa. Experimente o Presidente da República obter do Congresso Nacional um pronunciamento, de hoje a 15 de janeiro, e se eleito do Presidente Renier Mazzilli a convocação de seus pares e verificará que todos nós estaremos presentes para votar. Não duvide S. Ex.^a, do nosso patriotismo e saiba que foi por patriotismo que convocamos o Congresso. Razão de estranheza não pode haver, porque desde 1946, quando vim para o Congresso, até hoje, não houve um ano, sequer, em que o Congresso gozasse as suas férias plenas. Todos os anos tem havido convocação. É certo que esta foi a primeira que se fez sem interrupção.

Pois esta deveria ser a que merecesse elogios porque foi a única que poupou ajuda de custo à União; nunca reprovação, desgasto, irritação ou mesmo má vontade para com o que a promoveram.

É difícil, Sr. Presidente dialogar com um Presidente da República de tal humor. Gostaria de todo modo, ver envolvido tanto o pronunciamento como é encanador para a sua convocação. Mas a distância conhecendo-o pouco como conheço, parece-me um homem de boas intenções para com o Brasil a seu modo. Não acredito capacitado devidamente para a condução do País, que é complexa demais, com pequenas e grandes do seu mandato e gozaria de dar o seu sacrifício de Presidente da República por mais 5 ou por mais 10 anos. E, de boa fé, acredito que se pudesse dispor, não desse 3 anos que faltam mas de mais 5 ou mais 10, poderia fazer muita coisa pelo Brasil. Mas o regime democrático é inimigo de S. Ex.^a e não lhe vai permitir. Forçosamente, em 1965 há de deixar o Governo. No Brasil não se permite a reeleição e S. Ex.^a há de esperar mais 5 anos para pedir ao povo que lhe conceda outra oportunidade. Mas tenha paciência, Presidente! Tenha paciência e se bem chegar pouca coisa tem feito, até hoje em termos de administração, conforme se por que muita coisa tem feito em termos de agitação: muita coisa tem

dito ao povo e em muitas tem sido cridos, embora em parte não o seja. Constituir amigos como constituir inimigos é da vida democrática; todo Presidente está exposto a isto. Se S. Ex^a, a despeito de não preparado para governar o País, pois que era apenas um Vice-Presidente, se tivesse cercado, desde logo, de magníficos auxiliares, decerto sua administração seria outra; mas S. Ex^a tem uma predisposição especial para os invertidos para os homens sem vontade, sem personalidade, para os que se acomodam e, por isso mesmo, não se detem nem em problemas nem em homens, nem mesmo quando esse homens são seus correligionários. E como não se detem nisso, substitui Ministros a dois por um. Mal têm asento e conhecem a casa saem e saem sempre por maus Ministros. De fato, ninguém sai por bom Ministro.

O Sr. Eurico Rezende — É a antropofagia política do Presidente deadorador de Ministros.

O SR. JOÃO AGRIPINO — Ora, um Presidente assim é um homem permanentemente angustiado, inquieto e irrequieto, porque nem sequer tem paciência de observar a administração dos seus auxiliares; mas se aquele auxiliar é dócil, não tem plano, não tem vontade, não tem administração, parece que há uma afinidade com S. Ex^a e esse pode demorar muito no cargo, será um bom Ministro para a administração do Presidente João Goulart. Tanto que, na anunciada reforma Ministerial, falou-se na substituição do Ministro Amaury Silva, que nós, do Senado, consideramos um bom Ministro, mas que, por não ser dócil, por não ser invertebrado, por ter planos, por ter continuado a obra do Ministro Almino Afonso, na orientação e condução dos interesses dos trabalhadores, se dizia que seria demitido.

O Sr. José Guimard — Falou-se, também, na demissão do Ministro Carvalho Pinto.

O SR. JOÃO AGRIPINO — Assim, é profundamente difícil a nós, da Oposição, por mais que o desejamos, conciliar com o Sr. Presidente da República. Que fique com quem quiser, por tempo que quiser, mas não nos casure por darmos a contribuição de Cr\$ 540.000,00 vezes quatrocentos e sessenta e nove Deputados e Senadores, aos cofres públicos. Censure-nos sim por termos falhas por termos erros por não legislarmos bem por não termos assessoria adequada por sermos ainda um Congresso que não atende plenamente à sua finalidade — e nisto estou inteiramente de acordo com o Líder Arthur Virgílio. Precisamos de um esforço sobre-humano para sermos dignos da confiança do povo e para isso é mister lhe dar as leis que espera de nós. Quanto à crítica feita ao Presidente do Senado pelo discurso de hoje, não me parece procedente. É um direito legítimo do Presidente da República sancionar ostensivamente, ou por omissão, o Orçamento da República. É um direito legítimo do Presidente da República vetá-lo. Escolheu sancioná-lo por omissão devolvendo ao Congresso, sem o veto. Então era dever do Presidente do Senado promulgá-lo. Foi o que fez S. Ex^a e ao fazê-lo, não o que era o Orçamento no Brasil; como nos chegou a proposta, o valor do seu deficit e da responsabilidade de esse deficit. Sem dúvida que a responsabilidade maior de um deficit orçamentário cabe ao Poder Executivo, porque é da responsabilidade do Poder Executivo planejar. E o Orçamento é, realmente, uma farsa, sobretudo por falta de planejamento do Executivo.

Se houvesse no Brasil um órgão encarregado do planejamento, um órgão central, um ministério, como há na França e noutros países, o Orçamento

traria a solicitação de dotações para cada realização, dentro daquele planejamento; e no planejamento seria possível estabelecer as prioridades e escalonar os investimentos secundários ou prescindíveis. Mas como não há, cada Ministério, ao organizar sua proposta, inclui tudo que lhe ocorre, que esteja em construção ou que precise ser construído, sem qualquer critério de prioridade e vai desde o interesse distrital ao nacional.

Por sua vez o Congresso, sem elementos para saber sequer o que está em execução ou o que ainda vai ter sua execução iniciada fica, sem idéia inclusive, do quanto é necessário para cada dotação. É curioso que isto aconteça porque, quando o Ministério muitas vezes, consigna dotação necessária, orçada para uma obra, o DASP, pelo desejo de reduzir a despesa, corta sem indagar se com o novo quantitativo será possível executar aquela obra.

Por tudo isso o Orçamento fica em-núrico, desatualizado, irreal e constitui uma farsa. O Congresso, que não tem condições de saber o valor de cada dotação, se exata ou inexata, se o aumento é excessivo ou se insuficiente, também quando propõe consignações o faz de oitiva. Se desejamos rodovias, pontes, por maior que seja o interesse nacional dessas realizações, propomos a despesa sem sabermos a quanto realmente montará.

E assim fazemos porque, se recorreremos ao Ministério da Viação e Obras Públicas, também ele não nos informará quanto poderá custar aquela obra.

Portanto, tudo isso decorre da falta de planejamento do Executivo. Para que possa criticar o Legislativo dos erros que comete na elaboração do Orçamento, é indispensável que o Executivo dê o primeiro exemplo, programando a sua administração e remetendo para o Congresso um Orçamento planejado, que represente realmente um esquema anual de Governo, pois o que vem para cá, sem dúvida, é um esboço de administração anual.

Mas, Sr. Presidente, realmente na primeira vez o Chefe do Executivo deixou de sancionar o Orçamento. Marcou um tento, entendeu o seu Líder. Não sei! Teria marcado um grande tento — e teria merecido os nossos aplausos — se, com o seu chute, tivesse feito o gol. Contudo, apenas chutou, sabendo que não fazia o gol, porque o Congresso haveria de promulgar aquela lei que Sua Excelência não quis, ostensivamente, sancionar, sabendo, portanto, que se transformaria em lei e iria vigorar para 1964.

Sua Excelência teria marcado o tento fazendo gol, se tivesse vetado o que lhe parecesse inconveniente ao Orçamento; se tivesse vetado a publicação das verbas; se tivesse vetado as verbas e autorizações; se tivesse vetado as verbas de interesse municipal ou distrital, ou até estadual; se tivesse através do veto, feito o planejamento da administração para 1964. Então sim, o Presidente da República teria usado a sua faculdade legítima de examinar o Orçamento, de anulá-lo devido que considerasse errado.

Mas S. Ex^a apenas contemplou o volume de algumas centenas de folhas e encontrou algumas despesas excessivas e outras insuficientes. Achou que havia ultrapassado e devolveu o volume ao Congresso para que o promulgasse. Que fez S. Ex^a? Pelo silêncio, concordou com o erro; pelo silêncio, transformou o projeto em lei pela omissão, pela ausência, deixou que tudo de errado ali dentro — e confessamos, há muito erro — se transformasse em coisa legítima e autorizasse os autores ou os interessados a obteíar, amanhã, a execução do erro, liberando ou autorizando a aplicação daquela verbas que agora Sua

Excelência considera extemporâneas e contrárias ao interesse nacional.

Mas o Presidente da República é político e gosta de agradar. Como o sensibiliza, recebe um parlamentar, um governador, um homem influente de São Paulo ou das Minas Geraes, com uma folha de papel, quando é modesto; com dezenas de folhas de papel, quando menos modesto; ou com centenas de folhas de papel, quando não é modesto e é seu correligionário, para colher os "autorizações". O Presidente transforma-se noutro homem; sorridente, feliz, porque em o poger de mando nas mãos; porque depende dele servir ou não servir, agradar ou não desagradar. E autoriza, atende, porque tem um coração magnânimo. Digo-o se mechnuma ironia: tem, realmente, um coração magnânimo. E autoriza. Seu coração generoso não lhe permite enxergar que, a despeito de alegar aquele amigo, a despeito de servir aquele amigo, muitas vezes está deservindo ao Brasil. Porque quando autoriza aqueles milhões de despesas de pouca utilidade, terá, forçosamente, amanhã, de lançar no plano de economia outros milhões destinados a obras muito mais úteis e proveitosas ao desenvolvimento do país.

Mas S. Ex^a não é responsável por isso, Sr. Presidente. É a organização administrativa do país, é a falta de planejamento, é a falta de organização administrativa. Eis por que ouse discordar do meu querido amigo Arthur Virgílio, esperando que nos possamos entender em futuro próximo, quando realmente o seu chefe, o nosso Chefe da Nação, queira dar-nos o testemunho de sua sinceridade propondo as reformas. Porque só falar nelas ou só de falar nelas estamos cansados. Queremos vê-las.

Então o Senador Arthur Virgílio há de verificar que, tanto quanto o sei sincero, encontrará da minha parte, como de muitos outros colegas desta Casa, a mesma sinceridade, para que possamos votar as reformas sem demagogia, consultando, como deseja S. Ex^a, os supremos interesses do povo.

Lamento, entretanto, não poder acompanhar a sua pisada de louva-minhas ao Presidente da República, porque S. Ex^a tem motivo para acreditar que o Presidente é sincero e eu os tenho para acreditar que não o é.

O Sr. Arthur Virgílio — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. JOÃO AGRIPINO — Com muito prazer.

O Sr. Arthur Virgílio — Poucas vezes, em vez de dar, teremos de discordar, ao apreciar os problemas brasileiros. Estamos mesmo identificados, assim, no pensamento político, em muitos pontos, quando defrontamos temas como estes das reformas estruturais. Desejamos o mesmo. V. Ex^a cumpre o seu papel de opositorista e quando eu cumpro meu papel de membro do Governo. Então, talvez V. Ex^a considere que estou numa posição radical, como considero que V. Ex^a se coloca em uma posição empedernida. Já esse seu empedernimento — aliás, V. Ex^a não pode negar porque confessou que é — mal-querido para lançar sobre o Governo o o peso de sua inteligência transformada em críticas. Por isso me nobre amigo senador João Agripino que lhe diga que as reformas já estão em discussão, no Congresso. Pela primeira vez em termos práticos, o Presidente da República envia projeto de reformas. Outros projetos já estão em caminho e posso afirmar a V. Ex^a que, se o Congresso fôr composto de homens com a sua formação, de homens com a minha formação, essas reformas já estariam votadas. V. Ex^a sabe tão bem quanto eu que, se não houver essa mobilização da opinião pública, se não levarmos essas teses para a rua, se não fizermos com que a opinião pública se levante em de-

fesa delas, não serão votadas. Muitas dessas teses há anos estão detidas no Congresso. Talvez por isso faça o Presidente da República pronunciamentos assim incisivos acerca da sua posição favorável às reformas estruturais, que considera fundamentais para a crise brasileira. Desculpe-me V. Ex^a que eu não tenha tido a mesma delicadeza que V. Ex^a teve cumprindo o meu discurso, cárcia de uma hora, em silêncio. Mas, se o interrompo — V. Ex^a sabe da admiração que lhe tenho — é para dar uma colaboração, promovendo o diálogo neste debate que interessa à Nação e ao povo brasileiro.

O SR. JOÃO ACRIPINO — Alegro-me muito ouvi-lo e alegro-me também a declaração de V. Ex^a de que há, agora, reformas em caminhada ao Congresso. Até aí fico a pensar — por vaidoso que às vezes sou — que de tanto reclamarmos, só da Oposição, elas chegam. Já era tempo de essas reformas chegarem; há três anos que falava nos dias e noites, dia e noite. E elas não vinham, não apareciam. Alegro-me que tenham chegado as reformas agrária e administrativa.

Meu querido líder, espero que não lhe tenha causado maior constrangimento ou aborrecimento esta convocação seguida. Culpá-me que quando subscrevi o requerimento de convocação, o fiz pensando no meu querido Líder do P. T. B., porque, ainda que soubesse que não lhe causava alegria com a convocação, sabia que estava evitando causar-lhe grande tristeza e profunda decepção. Imagine V. Ex^a se não houvesse a convocação e sobrevesse um golpe, quanto de decepção e triste ficaria V. Ex^a, democrata que é! Sei que o objetivo de outros companheiros, ao subscreverem o requerimento, não foi precisamente o meu. O meu foi o de prestar um serviço ao meu grande Líder...

O Sr. Arthur Virgílio — Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. JOÃO AGRIPINO — ... para que ele não fôsse enganado e traído.

Sr. Presidente, o Orçamento deste ano é igualzinho ao dos outros anos. Não mudou nada. É uma farsa, como farsa vem sendo desde 1944; igualzinho ao primeiro, sob o qual governou o Presidente João Goulart e sob o qual há de governar até 1965.

Não sei por que S. Ex^a acordou agora, para não sancioná-lo. Mas, se desportou para encontrar os erros de elaboração orçamentária, os meus louvores, na certeza de que também virá para o Congresso Projeto de Lei, de elaboração e execução orçamentária, para que nós — os seus auxiliares e nós, do Congresso — não sejamos compelidos a dar-lhe um Orçamento exatamente igual para o Exercício de 1965. Com a estrutura e com a legislação que até então, não houve a culpa recuada. Será exatamente igual.

Mis, Sr. Presidente, se considerações que desejava expor, fazendo referêcia Deus para que ilumine o Chefe da Nação, a fim de que se insinua nos grandes ensinamentos orçamentários — erro do próximo e não ambíguo. É preciso mental ambíguo, não que S. Ex^a além do seu mandato e renúncia, como o próximo, o Congresso. (Muito bem, muito bem, amigos).

- COMUNICADOS DO SENADO
- José Guimard,
 - Arthur Virgílio,
 - Zenóbio de Assunção,
 - Francisco Barreto,
 - Sébastien Archer,
 - Dix-Huit Rosado,
 - Duarte Mariz,
 - João Agripino,
 - Barnes Carvalho,
 - Pereira de Carvalho,
 - Jefferson de Aguiar,
 - Aarão Steinbruch.

Vasconcelos Torres, Aurélio Vianna, Zenedo Vasconcelos, Nelson de Azevedo, Adolpho Fianco, Nivaldo Costa, I. de A. B. de Azevedo, Antônio Carlos — (19).

O SR. PRESIDENTE:

Sobre a matéria requerimento de urgência que será lido pelo Sr. Virgílio.

Lido e seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.206, de 1963

Foi lido, em audiência nos termos do art. 3º, nº 1-B, do Regulamento Interno para o Projeto de Decreto Legislativo nº 41, de 1962, de autoria do Senador Carlos Pereira, que concede anistia aos membros de Força Policial do Rio Grande do Norte e dá outras providências.

Sala das Sessões em 16 de dezembro de 1963. — Arthur Virgílio — Barros Carvalho — Lino de Matos

O SR. JOÃO AGRIPINO:

Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

Tem a palavra o nobre Senador.

O SR. JOÃO AGRIPINO:

(Pela ordem — Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, foi encaminhado à Mesa — e o Presidente declarou que não o submeteria ao Plenário, porque era um requerimento de todas as lideranças, propondo que, de hoje até o dia 15 de janeiro, considerassem da Ordem do Dia apenas trabalhos de Comissão. Assim, a meu ver, não se debrar sobre coisa alguma. Só haverá Expediente nas Sessões e da Ordem do Dia constará apenas trabalho de Comissão. Creio, assim, que o requerimento deverá sobrestado na Mesa, para votação depois do dia 15 de janeiro.

Era a questão de ordem, Sr. Presidente.

Assim, a meu ver, não se pode debrar sobre coisa alguma. Só haverá Expediente nas sessões e da Ordem do Dia constará apenas trabalho de Comissão. Creio assim, que o requerimento deverá ficar sobrestado na Mesa, para votação depois do dia 15 de janeiro.

Era a questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE:

Segundo parece à Presidência o requerimento a que V. Exa. faz alusão, no sentido de que da Ordem do Dia constem apenas trabalhos de Comissão do dia 16 em diante. No entanto, a Presidência vai verificar. (Pausa).

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO:

(Pela ordem) — Sr. Presidente, em face da questão de ordem levantada pelo nobre Senador João Agripino, solicito a V. Exa. que o requerimento fique sobrestado até que possa ser deliberado pelo Plenário. Assim, ficará já em posição de prioridade, para ser apreciado pela Casa logo nos primeiros dias de janeiro.

O SR. PRESIDENTE:

A Presidência está sendo informada de que o requerimento a que alu-

diu o Sr. Senador João Agripino foi no sentido de que da Ordem do Dia conste trabalho de Comissões a partir do dia 16. Portanto, pode ainda o Plenário, hoje, apreciar o Requerimento do nobre Senador Arthur Virgílio.

O SR. PADRE CALAZANS:

(Pela Ordem) — Sr. Presidente, V. Exa. vai submeter à votação o Requerimento que o Senador Arthur Virgílio solicitou seja sobrestado?

O SR. PRESIDENTE:

A Presidência julgou que, apenas em face da demora das informações da Mesa sobre os termos do requerimento, o Senador Arthur Virgílio pediu o adiamento da votação do seu Requerimento de urgência.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO:

(Pela ordem) — Sr. Presidente, desconheço os termos do Requerimento, mas logicamente ele provocará o esvaziamento do Plenário.

Em face disso mantenho meu pedido no sentido de que fique sobrestado o requerimento de urgência para oportuna apreciação.

O SR. PRESIDENTE:

Nobre Senador Arthur Virgílio, V. Exa. deve, então, indicar, em requerimento escrito a data certa em que deseja venha a matéria a ser apreciada pelo Plenário.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO:

Assim farei, Sr. Presidente.

O SR. ALOYSIO DE CARVALHO:

Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o Sr. Senador Aloysio de Carvalho.

O SR. ALOYSIO DE CARVALHO

(Pela Ordem) — (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, não pude estar presente na primeira hora da sessão de hoje.

Assim, desejaria de V. Exa. duas informações: a primeira sobre se o requerimento do chamado "recesso" foi lido na hora do Expediente na sessão de hoje; e a segunda sobre os termos desse requerimento.

V. Exa. afirmou, ainda há pouco, que a determinação de "trabalho de Comissões" só começará depois de amanhã. Quer dizer que a Mesa está obrigada a marcar, de hoje para amanhã, Ordem do Dia e, não "Trabalho de Comissões". E, se marcou "Trabalho de Comissões" para hoje, a meu ver, marcou mal, porque esta sessão, sendo a primeira do período de convocação extraordinária, não teria Ordem do Dia, pois não era possível marcar, na sessão de ontem, Ordem do Dia para uma sessão que ainda se iria realizar, no pressuposto de se instalar o Congresso, pela manhã.

Assim, desejaria que V. Exa. informasse se esse requerimento do chamado "recesso" foi lido na hora do expediente e, segundo, se o recesso começa depois de amanhã.

SR. PRESIDENTE — O requerimento para que haja recesso foi lido na sessão do dia 13 do corrente. Sendo esta sessão destinada exclusivamente à instalação dos tra-

balhos da convocação, naturalmente a Mesa não marcou Ordem do Dia. Para amanhã, todavia, a Mesa terá de fazê-lo. Creio que V. Exa. está esclarecido sobre a pergunta que fez.

O SR. ALOYSIO DE CARVALHO — Satisfeito, Sr. Presidente. Quer dizer, amanhã, teremos sessão normal, com matéria de rotina na Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE — Precisamente.

O SR. ALOYSIO DE CARVALHO — ... e admeto para a Mesa de amanhã, que a Mesa, na forma do Requerimento, por a Ordem do Dia "Trabalho das Comissões".

O SR. PRESIDENTE — Exatamente.

O SR. ALOYSIO DE CARVALHO — Sr. Presidente, peço em pedir estas informações quando ainda havia dúvidas sobre se o Requerimento de urgência do nobre Senador Arthur Virgílio poderia ser votado ou não. Queria esclarecer-me para votar, ou não votar, a urgência requerida. Obrigado a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE:

O Sr. 1º Secretário vai ler Requerimento encaminhado à Mesa pelo Sr. Senador Arthur Virgílio.

E' lido e aprovado o seguinte:

Requerimento Nº 1.206, de 1963

Requeiro adiamento da votação do Requerimento número 1.205, de 1963, para o dia 16 de janeiro de 1964.

Sala das Sessões, em 16 de dezembro de 1963. — Arthur Virgílio.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Atilio Fontana, orador inscrito.

O SR. ATILIO FONTANA — Sr. Presidente, desisto da palavra.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador José Feliciano.

O SR. JOSÉ FELICIANO:

Sr. Presidente, em virtude de se tratar de uma sessão de instalação, desisto da palavra, a esta oportunidade. Peço a V. Exa. inscrever-me para falar na sessão de amanhã.

O SR. PRESIDENTE

V. Exa. será atendido. Tem a palavra o nobre Senador Jefferson de Aguiar (Pausa).

Não está presente.

Não há mais oradores inscritos.

O SR. JOSÉ GUOMARD:

Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador José Guomard.

O SR. JOSÉ GUOMARD:

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, quer tenhamos vindo do Estado do Acre quer do glorioso Estado de São Paulo, todos nós, nesta Casa, arcamos com alguma responsabilidade na vida pública do Brasil e temos no maior conceito o ilustre Ministro da Fazenda, Professor Carvalho Pinto.

De fato poucos brasileiros têm tamanha competência e gozam de tanto conceito público quanto o ilustre Ministro da Fazenda. Mas, castigos que enchem a personalidade de S. Exa. não justificam de maneira alguma sua atitude para com o Senado e não claramente "reclamado", porquanto, como Senador, sou uma parcela dessa Casa — deixando de responder a requerimentos de membros desta Casa sobre assuntos da Mesa da Câmara.

Há poucos meses no regime parlamentarista, por que nos levantamos, para não deixar comprometido o Brasil, em o que colas que o passamos nos trabalhos do Ministério do Poder Judiciário em geral e não ser que os trabalhos, durante, em colina por via de partes a "Comissões Ministeriais".

Sã nos resta portanto o expediente dos requerimentos de urgência ou as Comissões de Inquirição.

Isto vem a propósito do Requerimento que formulei há seis meses, pedindo informações sobre assunto de rotina facílimas de serem prestadas sobre verbas pagas ao Estado do Acre.

Sr. Presidente peço a V. Exa. que sejam tomadas as providências cabíveis no caso, inclusive restabelecimento do pedido do Senador ao Sr. Ministro da Fazenda, porquanto certo que existe dispositivo de lei e do Regulamento a respeito de casos dessa natureza. (Muito bem!).

O SR. PRESIDENTE:

A Mesa tomará as providências solicitadas por V. Exa.

Nada mas havendo que tratar vou encerrar a sessão designando para a próxima a seguinte

ORDEM DO DIA

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 134, DE 1963

Discussão, em 1º turno do Projeto de Lei do Senado nº 134 de 1963, que inclui na relação a que se refere a Lei nº 2.975 de 27 de novembro de 1956, a rodovia Mineiro Corumbá-Corumbá (incluído em Ordem do Dia em virtude de dispensa de interstício concedida na sessão anterior a requerimento do seu autor, Senhor Senador Lopes da Costa), tendo pareceres favoráveis (ns. 864 e 865 de 1963) das Comissões: de Constituição e Justiça; de Transportes, Comunicações e Obras Públicas; e de Finanças.

Está encerrada a sessão

(Levantou-se a sessão às 18 horas).

Ato da Comissão Diretora

A Comissão Diretora, em sua reunião de 4 de dezembro, resolveu nomear, interinamente, nos termos do art. 71, item III, alínea b, da Resolução nº 6, de 1963, para o cargo de Secretário de Redação, PL-4, do Quadro da Secretaria do Senado Federal, o bacharel Rubens Marcelo do Prado Leite.

Secretaria do Senado Federal, em 4 de dezembro de 1963. — Evandro Mendes Vianna, Diretor-Geral.